

Projeto da LDO deve ser votado ainda hoje

25 JUN 1991

O GLOBO

BRASÍLIA — Embora não tenha acatado as emendas regionalistas de seus colegas no substitutivo que elaborou para o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), o Deputado Messias Góis (PFL-SE) abriu os flancos necessários para que elas sejam admitidas no segundo semestre, quando o Congresso analisará o próprio Orçamento da União.

Góis flexibilizou o texto original do Governo, produzido pela equipe da ex-Ministra da Economia Zélia Cardoso de Mello, retirando limitações e exigências. Com a assessoria da equipe do novo Ministro, Marcílio Marques Moreira, Góis ampliou também as possibilidades de uso da receita obtida pelo Governo com a emissão de seus títulos para o pagamento da dívida externa.

Mesmo retirando as proposições regionalistas, Góis acatou parcialmente mais de 600 das 1.227 emendas à LDO. A principal mudança imprimida no projeto do Governo foi o fim da exigência de que o Orçamento deste ano deveria obter um superávit equivalente a 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Agora, não há limites para a distribuição de recursos.

O projeto do Governo também limitava as transferências de verbas da União para os Estados e Municípios aos setores de saúde, educação e assistência social. Pelo substitutivo de Messias Góis, os recursos poderão ser destinados a qualquer setor.

O Deputado, no entanto, não alterou as áreas que o Governo considera prioritárias: redução de desigualdades regionais, defesa do meio-ambiente, geração de

empregos, atendimento às micro, pequenas e médias empresas, e incentivos às indústrias de bens de capital e aos setores de energia elétrica, pesquisa básica e aplicada, saneamento básico e infra-estrutura urbana, habitação popular, transporte urbano, rodovias, ferrovias, portos, agricultura irrigada e agro-indústria, e telecomunicações.

O projeto de Messias Góis flexibilizou também a possibilidade de utilização da receita decorrente da emissão de títulos da dívida pública para o pagamento da dívida externa. O projeto do Governo limitava a utilização da receita decorrente desses títulos ao pagamento do principal da dívida que vencesse em 1991. Agora, os recursos obtidos com a emissão dos títulos podem pagar também os juros da dívida.

— Procurei aumentar as possibilidades de utilização de recursos, dentro do que era possível, porque o Brasil tem muitas necessidades que precisam ser atendidas — explicou Góis.

O substitutivo do Deputado será analisado hoje às 10h no Plenário da Comissão Mista de Orçamento. A intenção do Presidente da Comissão, Senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO) é encaminhar ainda hoje o projeto aprovado ao Presidente do Congresso, Senador Mauro Benevides, para que este possa colocar a LDO em votação no Plenário do Congresso hoje às 19h.

O Congresso corre contra o tempo. Só pode entrar em recesso, marcado para começar na próxima segunda-feira, se antes apreciar o projeto da LDO. Caso contrário, o recesso será adiado.